

Prefeitura da Municipal de Jequié do Estado da Bahia

JEQUIÉ-BA

Orientador Social

Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público –Nº 01/2018

JL04r-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Prefeitura da Municipal de Jequié do Estado da Bahia

Cargo: Orientador Social

(Baseado no Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público –Nº 01/2018)

- Língua Portuguesa
 - Matemática
- Conhecimentos Gerais
- Conhecimentos Específicos

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica

Elaine Cristina
Igor de Oliveira
Ana Luiza Cesário
Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira
Julia Antoneli

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

Português

Compreensão e interpretação de texto. Vocabulário.	83
Tipologia e gêneros textuais.	85
Alguns elementos constitutivos do texto: discurso direto, indireto, indireto livre, pressuposto, subentendido e ambiguidade.	111
Intertextualidade.	111
Coesão e coerência.	86
Figuras de Linguagem.	117
Funções da Linguagem (Fática, Conativa, Poética, Referencial, Emotiva, Metalinguística).	103
Fonemas e Fonética: representação e classificação dos fonemas, encontros vocálicos: ditongo, hiato, tritongo, encontro consonantal e dígrafo.	01
Sílabas e tonicidade.	47
Acentuação gráfica.	47
Emprego do sinal indicativo de crase.	71
Ortografia.	44
Estrutura e formação das palavras.	04
Classe de palavras (estrutura, formação, flexões, emprego e morfossintaxe): substantivo; adjetivo; verbo; pronome; artigo; numeral; advérbio; preposição; conjunção; interjeição e onomatopeia.	07
Frase, oração, período.	63
Sintaxe do período simples e composto: (coordenação e subordinação).	63
Pontuação.	50
Significação das palavras: sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos, polissemia, denotação e conotação.	76
Neologismo e estrangeirismo.	120
Ortoépia e Prosódia.	121
Reescrita de frases.	88
Concordância nominal e verbal.	52
Regência nominal e verbal. Colocação pronominal.	58
Termos essenciais da oração: tipos de sujeito, tipos de predicado, predicativo do sujeito e do objeto.	63
Termos acessórios da oração: adjunto adnominal, adjunto adverbial, aposto e vocativo.	63
Termos integrantes da oração: objeto direto, objeto indireto, agente da passiva.	63
Literatura Brasileira (periodização: início e término de cada período – ano, acontecimento e autor – características, representantes e obras de cada movimento).....	124

Matemática

Conjuntos numéricos: operações e propriedades.	01
Equações e inequações de 1º grau e sistemas: resolução e problemas.	23
Equações e inequações de 2º grau e sistemas: resolução e problemas.	23
Funções: afim, quadrática, modular, exponencial e logarítmica.	29
Razão e proporção.	11
Regra de três simples e composta.	15
Porcentagem.	74
Juros simples e composto.	77
Medidas de comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo.	19
Áreas e perímetros de figuras planas. Volume e área de sólidos geométricos. Semelhança e Congruência de triângulos. Teorema de Tales. Teorema de Pitágoras. Relações métricas no triângulo retângulo.	48
Trigonometria: trigonometria no triângulo retângulo, Lei dos Senos e dos Cossenos, funções circulares, identidades trigonométricas, transformações, funções trigonométricas, equações e inequações trigonométricas.	23
Matrizes, determinantes e sistemas lineares.	62
Polinômios: função polinomial, equações polinomiais, operações e propriedades.	37
Estatística: Média aritmética simples e ponderada, moda, mediana, tabelas de frequência, medidas de dispersão e análise de tabelas e gráficos.	43
Probabilidade. Análise Combinatória.	117
Sequências e Progressões. Geometria Analítica.	48
Números Complexos: operações e propriedades.	01
Resolução de situações-problema.....	01

Conhecimentos Gerais

Conhecimentos gerais sobre o Município de Jequié, BA.	01
Conhecimentos gerais sobre o Estado da Bahia.	02
Cenário nacional e internacional: contexto histórico, geográfico, ambiental, educacional, social, político, econômico, educacional, tecnológico, segurança, cultural e saúde, suas interrelações e vinculações históricas. Tecnologia, avanços e descobertas científicas e tecnológicas.	03
Globalização.	09
Temas nacionais ou internacionais, veiculados nos últimos dois anos nas diversas mídias.	11

Conhecimentos Específicos

Sistema Único de Assistência Social.	01
Política Nacional do Idoso.	01
Estatuto do Idoso.	03
Estatuto da Criança e do Adolescente.	22
Política Nacional de Assistência Social.	78
Conselho Nacional de Assistência Social.	78
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).	79
Plano Individual de Atendimento de crianças e adolescentes em Serviços de Acolhimento.	84

Na produção de vogais, a boca fica aberta ou entreaberta. As vogais podem ser:

- **Orais:** quando o ar sai apenas pela boca: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/.

- **Nasais:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais.

/ã/: *fã, canto, tampa*

/ẽ/: *dente, tempero*

/ĩ/: *lindo, mim*

/õ/: *bonde, tombo*

/ũ/: *nunca, algum*

- **Átonas:** pronunciadas com menor intensidade: *até, bola*.

- **Tônicas:** pronunciadas com maior intensidade: *até, bola*.

Quanto ao timbre, as vogais podem ser:

- Abertas: *pé, lata, pó*

- Fechadas: *mês, luta, amor*

- Reduzidas - Aparecem quase sempre no final das palavras: *dedo* ("dedu"), *ave* ("avi"), *gente* ("genti").

2) Semivogais

Os fonemas /i/ e /u/, algumas vezes, não são vogais. Aparecem apoiados em uma vogal, formando com ela uma só emissão de voz (uma sílaba). Neste caso, estes fonemas são chamados de *semivogais*. A diferença fundamental entre vogais e semivogais está no fato de que estas não desempenham o papel de núcleo silábico.

Observe a palavra *papai*. Ela é formada de duas sílabas: *pa - pai*. Na última sílaba, o fonema vocálico que se destaca é o "a". Ele é a vogal. O outro fonema vocálico "i" não é tão forte quanto ele. É a semivogal. Outros exemplos: *saudade, história, série*.

3) Consoantes

Para a produção das consoantes, a corrente de ar expirada pelos pulmões encontra obstáculos ao passar pela cavidade bucal, fazendo com que as consoantes sejam verdadeiros "ruídos", incapazes de atuar como núcleos silábicos. Seu nome provém justamente desse fato, pois, em português, sempre consoam ("soam com") as vogais. Exemplos: /b/, /t/, /d/, /v/, /l/, /m/, etc.

Encontros Vocálicos

Os encontros vocálicos são agrupamentos de vogais e semivogais, sem consoantes intermediárias. É importante reconhecê-los para dividir corretamente os vocábulos em sílabas. Existem três tipos de encontros: o *ditongo*, o *tritongo* e o *hiato*.

1) Ditongo

É o encontro de uma vogal e uma semivogal (ou vice-versa) numa mesma sílaba. Pode ser:

- **Crescente:** quando a semivogal vem antes da vogal: *sé-rie* (i = semivogal, e = vogal)

- **Decrescente:** quando a vogal vem antes da semivogal: *pai* (a = vogal, i = semivogal)

- **Oral:** quando o ar sai apenas pela boca: *pai*

- **Nasal:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais: *mãe*

2) Tritongo

É a sequência formada por uma semivogal, uma vogal e uma semivogal, sempre nesta ordem, numa só sílaba. Pode ser oral ou nasal: *Paraguai* - Tritongo oral, *quão* - Tritongo nasal.

3) Hiato

É a sequência de duas vogais numa mesma palavra que pertencem a sílabas diferentes, uma vez que nunca há mais de uma vogal numa mesma sílaba: *saída* (sa-í-da), *poesia* (po-e-si-a).

Encontros Consonantais

O agrupamento de duas ou mais consoantes, sem vogal intermediária, recebe o nome de *encontro consonantal*. Existem basicamente dois tipos:

1-) os que resultam do contato consoante + "l" ou "r" e ocorrem numa mesma sílaba, como em: *pe-dra, pla-no, a-tle-ta, cri-se*.

2-) os que resultam do contato de duas consoantes pertencentes a sílabas diferentes: *por-ta, rit-mo, lis-ta*.

Há ainda grupos consonantais que surgem no início dos vocábulos; são, por isso, inseparáveis: *pneu, gno-mo, psi-có-lo-go*.

Dígrafos

De maneira geral, cada fonema é representado, na escrita, por apenas uma letra: *lixo* - Possui quatro fonemas e quatro letras.

Há, no entanto, fonemas que são representados, na escrita, por duas letras: *bicho* - Possui quatro fonemas e cinco letras.

Na palavra acima, para representar o fonema /xe/ foram utilizadas duas letras: o "c" e o "h".

Assim, o *dígrafo* ocorre quando duas letras são usadas para representar um único fonema (*di* = dois + *grafo* = letra). Em nossa língua, há um número razoável de dígrafos que convém conhecer. Podemos agrupá-los em dois tipos: consonantais e vocálicos.

Dígrafos Consonantais

Letras	Fonemas	Exemplos
lh	/lhe/	telhado
nh	/nhe/	marinheiro
ch	/xe/	chave
rr	/re/ (no interior da palavra)	carro
ss	/se/ (no interior da palavra)	passo
qu	/k/ (qu seguido de e e i)	queijo, quiabo
gu	/g/ (gu seguido de e e i)	guerra, guia
sc	/se/	crescer
sç	/se/	desço
xc	/se/	exceção

Dígrafos Vocálicos

Registram-se na representação das vogais nasais:

Fonemas	Letras	Exemplos
/ã/	am	tampa
	an	canto
/ẽ/	em	templo
	en	lenda
/ĩ/	im	limpo
	in	lindo
õ/	om	tombo
	on	tonto
/ũ/	um	chumbo
	un	corcunda

* **Observação:** "gu" e "qu" são dígrafos somente quando seguidos de "e" ou "i", representam os fonemas /g/ e /k/: guitarra, aquilo. Nestes casos, a letra "u" não corresponde a nenhum fonema. Em algumas palavras, no entanto, o "u" representa um fonema - semivogal ou vogal - (aguentar, linguíça, aquífero...). Aqui, "gu" e "qu" não são dígrafos. Também não há dígrafos quando são seguidos de "a" ou "o" (quase, averiguo) .

** **Dica:** Conseguimos ouvir o som da letra "u" também, por isso não há dígrafo! Veja outros exemplos: Água = /agua/ nós pronunciamos a letra "u", ou então teríamos /aga/. Temos, em "água", 4 letras e 4 fonemas. Já em guitarra = /gitara/ - não pronunciamos o "u", então temos dígrafo [aliás, dois dígrafos: "gu" e "rr"]. Portanto: 8 letras e 6 fonemas).

Dífonos

Assim como existem duas letras que representam um só fonema (os dígrafos), existem letras que representam dois fonemas. Sim! É o caso de "fixo", por exemplo, em que o "x" representa o fonema /ks/; táxi e crucifixo também são exemplos de dífonos. Quando uma letra representa dois fonemas temos um caso de **dífono**.

Fontes de pesquisa:

<http://www.soportugues.com.br/secoes/fono/fono1.php>

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

Português: novas palavras: literatura, gramática, redação / Emília Amaral... [et al.]. – São Paulo: FTD, 2000.

Português linguagens: volume 1 / Wiliam Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. – 7ªed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

Questões

1-) (PREFEITURA DE PINHAIS/PR – INTÉRPRETE DE LIBRAS – FAFIPA/2014) Em todas as palavras a seguir há um dígrafo, EXCETO em

- (A) prazo.
- (B) cantor.
- (C) trabalho.
- (D) professor.

1-)

(A) prazo – “pr” é encontro consonantal
 (B) cantor – “an” é dígrafo
 (C) trabalho – “tr” encontro consonantal / “lh” é dígrafo
 (D) professor – “pr” encontro consonantal q “ss” é dígrafo

RESPOSTA: “A”.

2-) (PREFEITURA DE PINHAIS/PR – INTÉRPRETE DE LIBRAS – FAFIPA/2014) Assinale a alternativa em que os itens destacados possuem o mesmo fonema consonantal em todas as palavras da sequência.

- (A) Externo – precisa – som – usuário.
- (B) Gente – segurança – adjunto – Japão.
- (C) Chefe – caixas – deixo – exatamente.
- (D) Cozinha – pesada – leção – exemplo.

2-) Coloquei entre barras (/ /) o fonema representado pela letra destacada:

- (A) Externo /s/ – precisa /s/ – som /s/ – usuário /z/
 - (B) Gente /j/ – segurança /g/ – adjunto /j/ – Japão /j/
 - (C) Chefe /x/ – caixas /x/ – deixo /x/ – exatamente /z/
 - (D) cozinha /z/ – pesada /z/ – leção /z/ – exemplo /z/
- RESPOSTA: “D”.

3-) (CORPO DE BOMBEIROS MILITAR/PI – CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS – UESPI/2014) “Seja Sangue Bom!” Na sílaba final da palavra “sangue”, encontramos duas letras representando um único fonema. Esse fenômeno também está presente em:

- A) cartola.
- B) problema.
- C) guaraná.
- D) água.
- E) nascimento.

3-) Duas letras representando um único fonema = dígrafo

- A) cartola = não há dígrafo
- B) problema = não há dígrafo
- C) guaraná = não há dígrafo (você ouve o som do “u”)
- D) água = não há dígrafo (você ouve o som do “u”)
- E) nascimento = dígrafo: sc

RESPOSTA: “E”.

ESTRUTURA DAS PALAVRAS

As palavras podem ser analisadas sob o ponto de vista de sua estrutura significativa. Para isso, nós as dividimos em seus menores elementos (partes) possuidores de sentido. A palavra *inexplicável*, por exemplo, é constituída por três elementos significativos:

In = elemento indicador de negação
 Explic = elemento que contém o significado básico da palavra
 Ável = elemento indicador de possibilidade

Estes elementos formadores da palavra recebem o nome de **morfemas**. Através da união das informações contidas nos três morfemas de *inexplicável*, pode-se entender o significado pleno dessa palavra: “aquilo que não tem possibilidade de ser explicado, que não é possível tornar claro”.

MORFEMAS = são as menores unidades significativas que, reunidas, formam as palavras, dando-lhes sentido.

Classificação dos morfemas:

Radical, lexema ou semantema – é o elemento portador de significado. É através do radical que podemos formar outras palavras comuns a um grupo de palavras da mesma família. Exemplo: *pequeno, pequenininho, pequenez*. O conjunto de palavras que se agrupam em torno de um mesmo radical denomina-se **família de palavras**.

Afixos – elementos que se juntam ao radical antes (os **prefixos**) ou depois (**sufixos**) dele. Exemplo: *beleza* (sufixo), *prever* (prefixo), *infiel*.

Desinências - Quando se conjuga o verbo **amar**, obtêm-se formas como *amava, amavas, amava, amávamos, amáveis, amavam*. Estas modificações ocorrem à medida que o verbo vai sendo flexionado em número (singular e plural) e pessoa (primeira, segunda ou terceira). Também ocorrem se modificarmos o tempo e o modo do verbo (*amava, amara, amasse*, por exemplo). Assim, podemos concluir que existem morfemas que indicam as flexões das palavras. Estes morfemas sempre surgem no fim das palavras variáveis e recebem o nome de **desinências**. Há **desinências nominais** e **desinências verbais**.

• **Desinências nominais**: indicam o gênero e o número dos nomes. Para a indicação de gênero, o português costuma opor as desinências *-o/-a*: *garoto/garota; menino/menina*. Para a indicação de número, costuma-se utilizar o morfema *-s*, que indica o plural em oposição à ausência de morfema, que indica o singular: *garoto/garotos; garota/garotas; menino/meninos; menina/meninas*. No caso dos nomes terminados em *-r* e *-z*, a desinência de plural assume a forma *-es*: *mar/mares; revólver/revólveres; cruz/cruzes*.

**NÚMEROS INTEIROS E RACIONAIS:
OPERAÇÕES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO,
MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO,
POTENCIAÇÃO); EXPRESSÕES
NUMÉRICAS; FRAÇÕES E OPERAÇÕES COM
FRAÇÕES.**

Números Naturais

Os números naturais são o modelo matemático necessário para efetuar uma contagem. Começando por zero e acrescentando sempre uma unidade, obtemos o conjunto infinito dos números naturais

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

- Todo número natural dado tem um sucessor

- O sucessor de 0 é 1.
- O sucessor de 1000 é 1001.
- O sucessor de 19 é 20.

Usamos o * para indicar o conjunto sem o zero.

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

- Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

Exemplos: Se m é um número natural finito diferente de zero.

- O antecessor do número m é m-1.
- O antecessor de 2 é 1.
- O antecessor de 56 é 55.
- O antecessor de 10 é 9.

Expressões Numéricas

Nas expressões numéricas aparecem adições, subtrações, multiplicações e divisões. Todas as operações podem acontecer em uma única expressão. Para resolver as expressões numéricas utilizamos alguns procedimentos:

Se em uma expressão numérica aparecer as quatro operações, devemos resolver a multiplicação ou a divisão primeiramente, na ordem em que elas aparecerem e somente depois a adição e a subtração, também na ordem em que aparecerem e os parênteses são resolvidos primeiro.

Exemplo 1

$$\begin{aligned} 10 + 12 - 6 + 7 \\ 22 - 6 + 7 \\ 16 + 7 \\ 23 \end{aligned}$$

Exemplo 2

$$\begin{aligned} 40 - 9 \times 4 + 23 \\ 40 - 36 + 23 \\ 4 + 23 \\ 27 \end{aligned}$$

Exemplo 3

$$\begin{aligned} 25 - (50 - 30) + 4 \times 5 \\ 25 - 20 + 20 = 25 \end{aligned}$$

Números Inteiros

Podemos dizer que este conjunto é composto pelos números naturais, o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Este conjunto pode ser representado por:

$$\mathbb{Z} = \{\dots, -3, -2, -1, 0, 1, 2, \dots\}$$

Subconjuntos do conjunto \mathbb{Z} :

1) Conjunto dos números inteiros excluindo o zero

$$\mathbb{Z}^* = \{\dots, -2, -1, 1, 2, \dots\}$$

2) Conjuntos dos números inteiros não negativos

$$\mathbb{Z}_+ = \{0, 1, 2, \dots\}$$

3) Conjunto dos números inteiros não positivos

$$\mathbb{Z}_- = \{\dots, -3, -2, -1\}$$

Números Racionais

Chama-se de número racional a todo número que pode ser expresso na forma $\frac{a}{b}$, onde a e b são inteiros quaisquer, com $b \neq 0$

São exemplos de números racionais:

$$\begin{aligned} -12/51 \\ -3 \\ -(-3) \\ -2,333\dots \end{aligned}$$

As dízimas periódicas podem ser representadas por fração, portanto são consideradas números racionais.

Como representar esses números?

Representação Decimal das Frações

Temos 2 possíveis casos para transformar frações em decimais

1º) Decimais exatos: quando dividirmos a fração, o número decimal terá um número finito de algarismos após a vírgula.

$$\frac{1}{2} = 0,5$$

$$\frac{1}{4} = 0,25$$

$$\frac{3}{4} = 0,75$$

2º) Terá um número infinito de algarismos após a vírgula, mas lembrando que a dízima deve ser periódica para ser número racional

OBS: período da dízima são os números que se repetem, se não repetir não é dízima periódica e assim números irracionais. que trataremos mais a frente.

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

$$\frac{35}{99} = 0,353535...$$

$$\frac{105}{9} = 11,6666...$$

Representação Fracionária dos Números Decimais

1º caso) Se for exato, conseguimos sempre transformar com o denominador seguido de zeros.

O número de zeros depende da casa decimal. Para uma casa, um zero (10) para duas casas, dois zeros(100) e assim por diante.

$$0,3 = \frac{3}{10}$$

$$0,03 = \frac{3}{100}$$

$$0,003 = \frac{3}{1000}$$

$$3,3 = \frac{33}{10}$$

2º caso) Se dízima periódica é um número racional, então como podemos transformar em fração?

Exemplo 1

Transforme a dízima 0,333... em fração

Sempre que precisar transformar, vamos chamar a dízima dada de x, ou seja

$$X=0,333...$$

Se o período da dízima é de um algarismo, multiplicamos por 10.

$$10x=3,333...$$

E então subtraímos:

$$10x-x=3,333...-0,333...$$

$$9x=3$$

$$X=3/9$$

$$X=1/3$$

Agora, vamos fazer um exemplo com 2 algarismos de período.

Exemplo 2

Seja a dízima 1,1212...

$$\text{Façamos } x = 1,1212...$$

$$100x = 112,1212... .$$

Subtraindo:

$$100x-x=112,1212...-1,1212...$$

$$99x=111$$

$$X=111/99$$

Números Irracionais

Identificação de números irracionais

- Todas as dízimas periódicas são números racionais.
- Todos os números inteiros são racionais.
- Todas as frações ordinárias são números racionais.
- Todas as dízimas não periódicas são números irracionais.
- Todas as raízes inexatas são números irracionais.
- A soma de um número racional com um número irracional é sempre um número irracional.
- A diferença de dois números irracionais, pode ser um número racional.
- Os números irracionais não podem ser expressos na forma $\frac{a}{b}$, com a e b inteiros e $b \neq 0$.

Exemplo: $\sqrt{5} - \sqrt{5} = 0$ e 0 é um número racional.

- O quociente de dois números irracionais, pode ser um número racional.

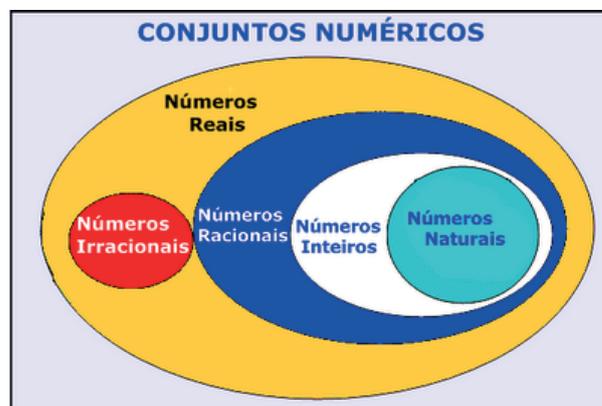
Exemplo: $\sqrt{8} : \sqrt{2} = \sqrt{4} = 2$ e 2 é um número racional.

- O produto de dois números irracionais, pode ser um número racional.

Exemplo: $\sqrt{7} \cdot \sqrt{7} = \sqrt{49} = 7$ é um número racional.

Exemplo: radicais ($\sqrt{2}, \sqrt{3}$) a raiz quadrada de um número natural, se não inteira, é irracional.

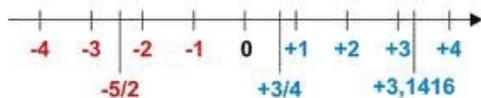
Números Reais



Fonte: www.estudokids.com.br

Representação na reta

Conjunto dos números reais



INTERVALOS LIMITADOS

Intervalo fechado – Números reais maiores do que a ou iguais a e menores do que b ou iguais a b.



Intervalo: $[a, b]$
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | a \leq x \leq b\}$

Intervalo aberto – números reais maiores que a e menores que b.



Intervalo: $]a, b[$
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | a < x < b\}$

Intervalo fechado à esquerda – números reais maiores que a ou iguais a a e menores do que b.



Intervalo: $]a, b]$
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | a < x \leq b\}$

Intervalo fechado à direita – números reais maiores que a e menores ou iguais a b.



Intervalo: $[a, b[$
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | a \leq x < b\}$

INTERVALOS ILIMITADOS

Semirreta esquerda, fechada de origem b – números reais menores ou iguais a b.



Intervalo: $] -\infty, b]$
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | x \leq b\}$

Semirreta esquerda, aberta de origem b – números reais menores que b.



Intervalo: $] -\infty, b[$
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | x < b\}$

Semirreta direita, fechada de origem a – números reais maiores ou iguais a a.



Intervalo: $[a, +\infty[$
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | x \geq a\}$

Semirreta direita, aberta, de origem a – números reais maiores que a.



Intervalo: $]a, +\infty[$
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | x > a\}$

Potenciação

Multiplicação de fatores iguais

$$2^3 = 2 \cdot 2 \cdot 2 = 8$$

Casos

1) Todo número elevado ao expoente 0 resulta em 1.

$$1^0 = 1$$

$$100000^0 = 1$$

2) Todo número elevado ao expoente 1 é o próprio número.

$$3^1 = 3$$

$$4^1 = 4$$

3) Todo número negativo, elevado ao expoente par, resulta em um número positivo.

$$(-2)^2 = 4$$

$$(-4)^2 = 16$$

4) Todo número negativo, elevado ao expoente ímpar, resulta em um número negativo.

$$(-2)^3 = -8$$

$$(-3)^3 = -27$$

5) Se o sinal do expoente for negativo, devemos passar o sinal para positivo e inverter o número que está na base.

$$2^{-1} = \frac{1}{2}$$

$$2^{-2} = \frac{1}{4}$$

MATEMÁTICA

6) Toda vez que a base for igual a zero, não importa o valor do expoente, o resultado será igual a zero.

$$0^2 = 0$$

$$0^3 = 0$$

Propriedades

1) $(a^m \cdot a^n = a^{m+n})$ Em uma multiplicação de potências de mesma base, repete-se a base e soma os expoentes.

Exemplos:

$$2^4 \cdot 2^3 = 2^{4+3} = 2^7$$

$$(2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 2) \cdot (2 \cdot 2 \cdot 2) = 2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 2 = 2^7$$

$$\left(\frac{1}{2}\right)^2 \cdot \left(\frac{1}{2}\right)^3 = \left(\frac{1}{2}\right)^{2+3} = \left(\frac{1}{2}\right)^5 = 2^{-2} \cdot 2^{-3} = 2^{-5}$$

2) $(a^m : a^n = a^{m-n})$. Em uma divisão de potência de mesma base. Conserva-se a base e subtraem os expoentes.

Exemplos:

$$9^6 : 9^2 = 9^{6-2} = 9^4$$

$$\left(\frac{1}{2}\right)^2 : \left(\frac{1}{2}\right)^3 = \left(\frac{1}{2}\right)^{2-3} = \left(\frac{1}{2}\right)^{-1} = 2$$

3) $(a^m)^n$ Potência de potência. Repete-se a base e multiplica-se os expoentes.

Exemplos:

$$(5^2)^3 = 5^{2 \cdot 3} = 5^6$$

$$\left(\left(\frac{2}{3}\right)^4\right)^3 = \frac{2^{12}}{3}$$

4) E uma multiplicação de dois ou mais fatores elevados a um expoente, podemos elevar cada um a esse mesmo expoente.

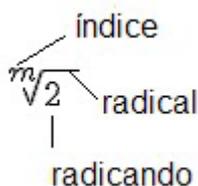
$$(4 \cdot 3)^2 = 4^2 \cdot 3^2$$

5) Na divisão de dois fatores elevados a um expoente, podemos elevar separados.

$$\left(\frac{15}{7}\right)^2 = \frac{15^2}{7^2}$$

Radiciação

Radiciação é a operação inversa a potenciação



Técnica de Cálculo

A determinação da raiz quadrada de um número torna-se mais fácil quando o algarismo se encontra fatorado em números primos. Veja:

$$\begin{array}{r|l} 64 & 2 \\ \hline 32 & 2 \\ \hline 16 & 2 \\ \hline 8 & 2 \\ \hline 4 & 2 \\ \hline 2 & 2 \\ \hline 1 & \end{array}$$

$$64 = 2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 2 = 2^6$$

Como é raiz quadrada a cada dois números iguais "tira-se" um e multiplica.

$$\sqrt{64} = 2 \cdot 2 \cdot 2 = 8$$

Observe:

$$\sqrt{3 \cdot 5} = (3 \cdot 5)^{\frac{1}{2}} = 3^{\frac{1}{2}} \cdot 5^{\frac{1}{2}} = \sqrt{3} \cdot \sqrt{5}$$

De modo geral, se

$$a \in R_+, b \in R_+, n \in N^*,$$

então:

$$\sqrt[n]{a \cdot b} = \sqrt[n]{a} \cdot \sqrt[n]{b}$$

O radical de índice inteiro e positivo de um produto indicado é igual ao produto dos radicais de mesmo índice dos fatores do radicando.

Raiz quadrada de frações ordinárias

$$\sqrt{\frac{2}{3}} = \left(\frac{2}{3}\right)^{\frac{1}{2}} = \frac{2^{\frac{1}{2}}}{3^{\frac{1}{2}}} = \frac{\sqrt{2}}{\sqrt{3}}$$

Observe:

De modo geral,

$$\text{se } a \in R_+, b \in R_+, n \in N^*,$$

então:

$$\sqrt[n]{\frac{a}{b}} = \frac{\sqrt[n]{a}}{\sqrt[n]{b}}$$

CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE O MUNICÍPIO DE JEQUIÉ, BA.

Jequié é um município brasileiro do estado da Bahia. Está a 365 km de Salvador, no sudoeste da Bahia, na zona limítrofe entre a caatinga e a zona da mata. Jequié é conhecida por seu clima quente. Cercada de montanhas, a cidade sofre com o calor durante quase todo o ano. Em dias de verão a temperatura pode chegar a 48°C.

Jequié é rica em minério de Ferro, por isso é muito quente durante o dia e fria durante a noite.

Origens

A cidade se desenvolveu a partir da movimentada feira que atraía comerciantes de todos os cantos da região, no final do século XIX. Pertencente ao município de Maracás de 1860 a 1897, Jequié abastecia as regiões Sudeste e Sudoeste da Bahia, assim como a bacia do Rio de Contas. Com sua crescente importância como centro de comércio, a cidade cresce então linearmente às margens do Rio de Contas onde que, na época, era mais volumoso e estreito, e cercado por uma extensa mata.

A cidade de Jequié é originado da sesmaria do capitão-mor João Gonçalves da Costa, que sediava a fazenda Borda da Mata. Esta mais tarde foi vendida a José de Sá Bittencourt, refugiado na Bahia após o fracasso da Inconfidência Mineira. Em 1789, com sua morte, a fazenda foi dividida entre os herdeiros em vários lotes. Um deles foi chamado Jequié e Barra de Jequié.

Pelo curso navegável do Rio de Contas, pequenas embarcações desciam transportando hortifrutigranjeiros e outros produtos de subsistência. No povoado, os mascates iam de porta em porta vendendo toalhas, rendas, tecidos e outros artigos trazidos de cidades maiores. Tropeiros chegavam igualmente a Jequié carregando seus produtos em lombo de burro. O principal ponto de venda das mercadorias de canoieiros, mascates e tropeiros deu origem à atual Praça Luís Viana, que tem esse nome devido a uma homenagem ao governador da Bahia que emancipou a cidade.

Ali veio a desenvolver-se a primeira feira livre da cidade que, a partir de 1885, ganhou mais organização com a decisão dos comerciantes italianos: José Rotondano, José Niella e Carlos Marotta, de comprarem todo o excedente dos canoieiros e de outros produtores.

Emancipação política

Em pouco tempo, Jequié tornou-se distrito de Maracás, e dele se desmembrou em 1897, tendo como primeiro intendente (prefeito) Urbano Gondim. A partir de 1910 é que se torna cidade e já se transforma em um dos maiores e mais ricos municípios baianos. O nome "Jequié" é uma palavra indígena para designar "onça", em alusão a grande quantidade desses animais na região. Outros historiadores já afirmam que o topônimo tem origem no "jequi", um objeto afunilado, muito utilizado pelos índios mongoiós para pescar no Rio de Contas.

Jequié: capital da Bahia

Importante episódio da história estadual foi a decisão inusitada tomada pelo então Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Aurélio Rodrigues Viana que, assumindo o governo em 1911, decretou a mudança da capital do estado, de Salvador para Jequié, ocasionando imediata reação do Governo Federal, que bombardeou Salvador e forçou a renúncia do infeliz político que adotara a medida. Jamais tendo se constituído de fato, o gesto entretanto marcou a História da Bahia, como um dos mais tristes, sobretudo por ter o bombardeio da capital e provocando o incêndio da biblioteca pública, onde estava guardada a maior parte dos documentos históricos de Salvador.

Desenvolvimento urbano e crescimento econômico

No dia 1º de setembro de 1923 foi instalada a agência do Banco do Brasil em Jequié. Primeiro funcionou no saudo-so "Sobrado dos Grillos", depois foi para a Avenida Rio Branco, em seguida para a Praça Ruy Barbosa, e nos dias atuais funciona na Rua da Itália. A cidade foi a primeira da região sudoeste da Bahia a ter uma agência do Banco do Brasil.

Apesar das ações de desmatamento que acabaram por assorear o Rio de Contas, impossibilitando a navegação, a cidade seguiu firme em direção ao progresso e, em 1927, festejou a chegada da "Estrada de Ferro Nazareth". Nesse tempo, Jequié era a quarta cidade mais importante da Bahia e teve no comerciante Vicente Grillo o seu grande benemérito. Em 1930, com o advento da Revolução, o então intendente (prefeito) Geminiano Saback teve que deixar o cargo, interrompendo assim o seu projeto de pavimentar a cidade.

Durante a gestão do advogado Virgílio de Paula Tourinho (1934-1937), a cidade entrou em um rush de obras jamais visto. A feira foi deslocada da Praça Ruy Barbosa para a Praça da Bandeira, onde antes havia um mangueiro. As ruas do centro foram calçadas e a zona de meretrício foi deslocada do Beco do Cochicho (Rua Damião Vieira) para a antiga Ladeira do Maracujá, hoje parte da Rua Manuel Vitorino, que na época ficava fora do perímetro urbano.

Com a reforma ortográfica de 1943, um grupo de intelectuais propôs a mudança da grafia do nome da cidade para "Jiquié", ideia que não vingou. Em 1948, a retirada de uma gameleira centenária, situada na Praça Ruy Barbosa, causou grande comoção popular. No mesmo ano, artistas e intelectuais cantam e publicam poesias para homenagear a árvore desaparecida.

Durante as décadas de 40 e 50, foram aterradas as várias lagoas que existiam nas proximidades do centro. Segundo o discurso apresentado pelos políticos da época, elas atrapalhavam no crescimento da cidade. Foi um grave erro. Tal atitude, somada com a destruição da mata ciliar do Rio de Contas, contribuiu para aumentar o aquecimento climático de Jequié. Entre as muitas lagoas aterradas, podem ser citadas a Lagoa do Maringá (atualmente um largo), a Lagoa da "Manga do Costa" (hoje Centro de Abastecimento Vicente Grillo), e a Lagoa que se localizava ao fundo do Jequié Tênis Clube. Nesta última, em fins dos anos 30, havia prática de esportes como remo, natação e outras recreações.

CONHECIMENTOS GERAIS

Em 1954, o então prefeito Lomanto Júnior inaugurou, na Praça da Bandeira, o Mercado Municipal de Jequié, um dos melhores do interior do estado.

Economia

A pecuária e a agricultura foram a base de todo desenvolvimento de Jequié. O município tem uma diversidade produtiva no que refere à agricultura, destacando-se o cacau, o café, a cana-de-açúcar, maracujá, melancia entre outros.

No setor pecuária sua força se concentra principalmente na bovinocultura e caprinocultura.

O setor mineral é contemplado com a exploração de jazidas de granito das variedades "Kashmir Bahia" e "Verde Bahia". Possui ainda reservas de ferro, mármore e calcário. Outro fator importante na economia do município é o Poliduto de derivados de petróleo e álcool, que proporcionou a implantação das bases de distribuição das maiores empresas do setor, tais como: Petrobrás, Esso, Shell e outras. Tendo Jequié à condição de principal centro de distribuição de derivados de petróleo indo até parte de Minas Gerais e Espírito Santo. A capacidade de armazenamento da base de distribuição é de 57.000 barris de álcool, 40.000 barris de gasolina, 154.000 barris de óleo diesel e 288.000 barris de GLP - gás de cozinha. Capacidade essa que já está quase que triplicada com a implantação da unidade de retribuição das principais distribuidoras de combustível do país.

O comércio da cidade é bem diversificado e absorve boa parte das pessoas empregadas. O município tem uma posição estratégica na microrregião e é responsável por parte de seu abastecimento. Jequié possui 302 empresas do setor industrial (micro, pequena, média e grandes empresas), 1.020 do setor de comércio, 1.230 do setor de prestação de serviços e cinco agências bancárias: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Banco do Nordeste. A cidade ainda conta com um Distrito Industrial formado por mais de 24 empresas voltadas para produção de alimentos, calçados e confecções, que emprega ao todo mais de 1.400 funcionários. Entre 2006 e 2008 foram injetados mais de dez milhões de reais no comércio de Jequié com a aquisição de materiais de construção para o maior projeto habitacional do Estado, com a construção de 604 casas populares.

Cultura

Criada através da Lei Municipal n.º 1.793, de 22 de dezembro de 2008 a SECUT - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo dispõe em seu organograma uma Diretoria de Gestão Cultural, Programas e Projetos e outra Diretoria de Desenvolvimento do Turismo. Como órgão colegiado está o Conselho Municipal de Cultura.

O Município de Jequié, avança no setor cultural, com a publicação de editais públicos de incentivo à cultura local, dispondo ainda de um Fundo Municipal de Cultura, e da Lei n.º 1.450 de incentivo à cultura por meio de dedução fiscal.

A Secretaria da Cultura e Turismo, promove o São João do município de Jequié, tido entre os maiores eventos do calendário junino baiano, onde se apresentam grandes nomes da música brasileira, além de incentivar à apresentação dos folguedos tradicionais.

A Academia de Letras de Jequié foi fundada em 20 de junho de 1997 e reúne intelectuais da cidade.

Atualmente, a SECUT - Secretaria da Cultura e Turismo, conduzida interinamente por Iraiton Santos de Jesus (bacharel em Ciências Contábeis), está responsável pela execução da política pública de cultura no âmbito municipal, com a colaboração das diretorias: Depto. Administrativo, Programas e Projetos Culturais, conduzida pelo mesmo secretário, Promoção Cultural, conduzido pelo empresário Ricardo Brito Ferreira e diretoria de Desenvolvimento do Turismo, conduzido pelo enfermeiro Saillon Santos Silva.

A SECUT mantém uma grade fixa de projetos culturais, a serem realizados durante todo o ano, na Casa da Cultura Pacífico Ribeiro, além de outras atividades de dinamização e promoção da cultura no Teatro Municipal, Biblioteca Municipal e Museu Histórico.

Fonte: <http://www.encontrajeque.com.br/jeque/>

CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE O ESTADO DA BAHIA.

O Estado da Bahia está localizado na região Nordeste do Brasil. A capital é Salvador e a sigla BA. Quem nasce na Bahia é denominado baiano.

O território baiano é composto por 564.733.080 quilômetros quadrados, que são divididos em 417 municípios. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a população é de aproximadamente 15,2 milhões de pessoas.

História

A Bahia é o mais antigo estado brasileiro e, hoje, o mais populoso da região Nordeste. A colonização na região começou quando o navegador português Pedro Álvares Cabral aportou na Baía Cabralia, em 22 de abril de 1500.

A primeira missa foi celebrada no local pelo frei franciscano Henrique Soares Coimbra em 26 de abril.

A notícia do descobrimento foi levada para o rei português Dom Manuel I por Gaspar de Lemos, enquanto Cabral seguia para as Índias. Cabral chamou a região de Vera Cruz.

No ano seguinte, o navegador Américo Vespúcio, que era florentino, inicia uma expedição de exploração do território. A expedição terminou somente em 1504.

A Bahia foi palco das principais decisões do futuro do território hoje conhecido como Brasil. Desde o descobrimento foi alvo de invasões, revoltas e conflitos.

A ocupação dos colonizadores só foi intensificada a partir de 1549, como resultado da crise financeira que Portugal atravessou após a crise dos portos. A ameaça de invasão por franceses também foi motivo para que o rei Dom João III optasse pela divisão do território em capitânias hereditárias.

A estratégia favoreceria a colonização. Dessa maneira, o território foi dividido em cinco capitânias: a Capitania da Bahia de todos os Santos, doada para Francisco Pereira

CONHECIMENTOS GERAIS

Coutinho; Porto Seguro, para Pero de Campos Tourinho; Ilhéus, doada a Jorge de Figueiredo Correia; Itaparica, para o Conde de Castanheira Dom Antônio de Athaide e a do Recôncavo, que ficou sob o comando de Álvaro da Costa.

Em 29 de março de 1549, Dom João III instituiu o governo geral, que fica sob a responsabilidade do fidalgo português Tomé de Souza. O governo foi substituído por Mem de Sá e este por Duarte da Costa.

Os primeiros 12 governantes portugueses foram os responsáveis pela instituição dos primeiros povoados. Também trouxeram para a Bahia os representantes da Companhia de Jesus, que eram padres jesuítas.

Tomé de Souza fundou, ainda, Salvador, a primeira capital do Brasil.

Economia

Da extração de pau-brasil e engenho de cana-de-açúcar, a economia baiana diversificou-se ao longo de cinco séculos.

Hoje, praticamente todos os setores são contemplados. O estado detém um dos maiores rebanhos de cabras do Brasil. Também é importante produtor de soja, mamona, mandioca, milho e cana-de-açúcar.

Na Bahia ficam as maiores e mais produtivas lavouras de cacau do País. De igual importância estão as lavouras de sisal, mamona, coco, mandioca e feijão.

O estado é importante polo petroquímico. Da região também são extraídos, ouro, cobre, magnésio e manganês.

Com rica diversidade natural, o turismo está entre as principais fontes de renda do povo baiano. O setor é destaque internacional, alavanca a área de serviços, emplaca a rede hoteleira e impõe importante faturamento ao setor aéreo.

A Bahia é importante destino internacional por suas belezas naturais, pela diversidade cultural e pela oferta de festas tradicionais. A mais importante é o Carnaval, que atrai milhares de pessoas todos os anos para seguir os chamados trios elétricos pelas ruas de Salvador.

Também atraem grande quantidade de turistas as festas de Ano Novo, o Dia Nacional do Samba (2 de dezembro), Festa dos Reis Magos, Nosso Senhor dos Navegantes e Santa Bárbara. Cultura

O povo baiano reflete a mistura de toda a colonização no Brasil e tem forte influência africana. Essa influência é vista na religião, nos costumes sociais, nas festas típicas e, principalmente, na culinária.

A colonização deixou marcas no patrimônio histórico, um dos mais ricos e diversificados do País. Dizem que em Salvador há 365 igrejas católicas, uma igreja para cada dia do ano.

As edificações demonstram a influência da arquitetura portuguesa do barroco e o neoclássico.

Os templos católicos convivem em harmonia com os terreiros do candomblé porque o sincretismo religioso é a perfeita tradução do baiano.

Na culinária, o sabor marcante é do dendê, um azeite adicionado na maioria dos pratos típicos de origem africana.

Os símbolos da culinária baiana são o acarajé, as moquecas, mariscadas e o vatapá. São pratos que combinam frutos do mar e revelam um sabor peculiar e realçado pela típica pimenta nas suas mais diversas graduações.

A riqueza culinária baiana é a responsável pela carne seca, o pirão, o cuscuz, todos de influência indígena.

Turismo

A oferta de pontos turísticos na Bahia é quase infinita. Além de um dos mais ricos patrimônios históricos do Brasil, o estado oferece e está situado em uma das regiões mais belas do mundo.

A paisagem natural é composta por 31 praias, cachoeiras, grutas, cavernas, paredões de rochas, vales, mata cerrada, 50 ilhas fluviais e ilhas marítimas.

No conjunto de pontos turísticos, um dos mais procurados é a Chapada Diamantina, composta por grutas que permitem a exploração do ecoturismo. No local estão as cavernas de Palmeiras, a gruta do Lapão, Gruta do Veredas, Gruta dos Ossos, entre outras.

Clima

A Bahia é influenciada pelo clima tropical. As temperaturas médias variam de 12 graus C no inverno a 38 graus no verão.

O estado é atingido por ventos litorâneos do Oceano Atlântico que contribuem por refrescar a região, mesmo nos períodos mais quentes.

Fonte: <https://www.todamateria.com.br/estado-da-bahia/>

CENÁRIO NACIONAL E INTERNACIONAL: CONTEXTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO, AMBIENTAL, EDUCACIONAL, SOCIAL, POLÍTICO, ECONÔMICO, EDUCACIONAL, TECNOLÓGICO, SEGURANÇA, CULTURAL E SAÚDE, SUAS INTERRELAÇÕES E VINCULAÇÕES HISTÓRICAS. TECNOLOGIA, AVANÇOS E DESCOBERTAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS.

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas

1- Política/Geopolítica

Avaliando o cenário nacional e internacional ao longo dos últimos cinco anos, não se pode negar os fatores que influenciaram o funcionamento das instituições políticas nas nações, como a própria crise financeira. Esse elemento impulsionou instabilidades políticas, em tempos de insatisfação popular, em meio a protestos contra a situação financeira e agravamento das desigualdades sociais nas nações.

Numa visão mais global, a crise econômica impactou a geração de empregos, trouxe mais pobreza. E uma das medidas de parte dos países, especialmente nações como Grécia ou Espanha, foi recorrer à austeridade fiscal, com impacto na redução de programas sociais, o que trouxe profunda insatisfação popular.

No caso do Brasil, a partir de 2016 é perceptível o quanto a crise política influenciou os negócios e economia, com redução de PIB (Produto Interno Bruto), aumento desemprego, além de fuga de investimentos estrangeiros, entre outras questões. Levando em conta que o próprio agravamento da crise econômica constituiu-se em um cenário também global, não sendo exclusividade do Brasil.



#FicaDica

A crise financeira é um assunto perfeitamente tratado em economia, mas também transita em geopolítica – à medida que influencia a performance nas instituições políticas e impacto nas nações e relação com o mundo, por exemplo.



FIQUE ATENTO!

Esses temas podem trazer questões com textos de apoio (recortes de jornais ou livros), sendo essencial caprichar na interpretação e entendimento do conteúdo para se dar bem. Portanto, mantenha atenção à leitura, parte das respostas pode estar no enunciado.



EXERCÍCIO COMENTADO

Câmara dos Deputados - Analista Legislativo – CESPE/2014.

Da Espanha ao Himalaia, o mundo está cheio de povos que, como o da Crimeia, querem se separar de um Estado ou obter mais autonomia. Existem cerca de setenta movimentos separatistas e secessionistas no mundo, dos quais pouco mais de vinte são ativos. Os primeiros aceitam autonomia dentro de um país. Os segundos só aceitam independência. E o mapa global não para de se transformar: pelo menos trinta novos países emergiram desde o fim da Guerra Fria em 1989, por meio de processo de secessão, nas contas de especialistas.

O Globo, 23/3/2014, p.32.

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial e considerando a geopolítica mundial do tempo presente, julgue o item a seguir.

Na Ucrânia, a crise, que se arrastou no tempo, com as multidões ocupando as ruas de sua capital, Kiev, deve-se, entre muitas outras razões, à estratégica opção pela aproximação com a União Soviética ou a integração à União Europeia.

- () certo
- () errado

Resposta: Certo. O embate interno Ucrânia ocorreu basicamente devido ao conflito entre grupos favoráveis a uma aproximação do país com a União Europeia, o que no entendimento deles traria estabilidade à nação, contra grupos defensores de aliança com a Rússia, tradicional nação aliada, desde os tempos de União Soviética.

2-Economia

Entre 2015 e 2016, a economia brasileira passou por tempos críticos de recessão, atendendo uma tendência mundial. Esse cenário também atingiu outros mercados globais, com impacto na geração de emprego e aumento da pobreza e desigualdade social.

No Brasil, houve encolhimento do PIB (Produto Interno Bruto) e redução do poder de compra da população. Em anos anteriores, a chamada classe C enfrentou tempos de apogeu com política de incentivo de crédito até a chegada da crise, a partir de 2015.

Em 2018, é perceptível uma melhora quanto à economia e PIB nacional, mesmo que de forma lenta. Setores como serviços e construção, por exemplo, têm registrado índices positivos gradualmente desde o final de 2017.



#FicaDica

Acompanhe sempre esses indicativos quanto ao crescimento ou encolhimento do PIB, observando a performance dos anos anteriores. Esse monitoramento contribui para instaurar de forma natural maior proximidade com o tema, pois questões relativas à economia sempre carregam a sensação de serem complexas demais. E isso não deve ocorrer, é preciso entender que esse assunto está ligado à realidade das pessoas.



FIQUE ATENTO!

Muitas vezes a resposta é fácil e óbvia, mas propositalmente a banca elabora uma pergunta aparentemente mais difícil. Então, a solução é tentar captar a essência da questão e perguntar a si mesmo o que ela propõe.



EXERCÍCIO COMENTADO

Câmara dos Deputados - Analista Legislativo - CESPE /2014. Quatro gigantes do agronegócio — Bunge, Cargill, Maggi e Dreyfus — mais a estruturadora de negócios Estação da Luz Participações pretendem associar-se para criar uma empresa de logística que participará dos leilões de concessão de ferrovias. Juntas, elas respondem por 70%

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Orientador Social

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo, isto é, municípios, estados e a União, para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

O Suas organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros.

No Suas também há a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma integrada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. O Suas também gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao Sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (CNEAS) e concedendo certificação a entidades beneficentes.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Sistema é composto pelo poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada. Nesse modelo de gestão, as ações e a aplicação de recursos do Suas são negociadas e pactuadas nas Comissões Intergestores Bipartite (CIBs) e na Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Esses procedimentos são acompanhados e aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e pelos Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social, que desempenham um importante trabalho de controle social.

Criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o Suas teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do Suas (NOB/Suas), que apresenta claramente as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa.

Fonte: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>

POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO.

[Regulamento](#) - [Mensagem de veto](#)

Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências..

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I Da Finalidade

Art. 1º A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Art. 2º Considera-se idoso, para os efeitos desta lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade.

CAPÍTULO II Dos Princípios e das Diretrizes SEÇÃO I Dos Princípios

Art. 3º A política nacional do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;

IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;

V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei.

SEÇÃO II Das Diretrizes

Art. 4º Constituem diretrizes da política nacional do idoso:

I - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;

II - participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Orientador Social

III - priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;

IV - descentralização político-administrativa;

V - capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços;

VI - implementação de sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos em cada nível de governo;

VII - estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;

VIII - priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família;

IX - apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento.

Parágrafo único. É vedada a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições asilares de caráter social.

CAPÍTULO III

Da Organização e Gestão

Art. 5º Competirá ao órgão ministerial responsável pela assistência e promoção social a coordenação geral da política nacional do idoso, com a participação dos conselhos nacionais, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso.

Art. 6º Os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área.

Art. 7º Compete aos Conselhos de que trata o art. 6º desta Lei a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas. ([Redação dada pelo Lei nº 10.741, de 2003](#))

Art. 8º À União, por intermédio do ministério responsável pela assistência e promoção social, compete:

I - coordenar as ações relativas à política nacional do idoso;

II - participar na formulação, acompanhamento e avaliação da política nacional do idoso;

III - promover as articulações intraministeriais e interministeriais necessárias à implementação da política nacional do idoso;

IV - ([Vetado](#));

V - elaborar a proposta orçamentária no âmbito da promoção e assistência social e submetê-la ao Conselho Nacional do Idoso.

Parágrafo único. Os ministérios das áreas de saúde, educação, trabalho, previdência social, cultura, esporte e lazer devem elaborar proposta orçamentária, no âmbito de suas competências, visando ao financiamento de programas nacionais compatíveis com a política nacional do idoso.

Art. 9º ([Vetado](#).)

Parágrafo único. ([Vetado](#).)

CAPÍTULO IV

Das Ações Governamentais

Art. 10. Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos:

I - na área de promoção e assistência social:

a) prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não-governamentais.

b) estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros;

c) promover simpósios, seminários e encontros específicos;

d) planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso;

e) promover a capacitação de recursos para atendimento ao idoso;

II - na área de saúde:

a) garantir ao idoso a assistência à saúde, nos diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde;

b) prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante programas e medidas profiláticas;

c) adotar e aplicar normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com fiscalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde;

d) elaborar normas de serviços geriátricos hospitalares;

e) desenvolver formas de cooperação entre as Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios e entre os Centros de Referência em Geriatria e Gerontologia para treinamento de equipes interprofissionais;

f) incluir a Geriatria como especialidade clínica, para efeito de concursos públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais;

g) realizar estudos para detectar o caráter epidemiológico de determinadas doenças do idoso, com vistas a prevenção, tratamento e reabilitação; e

h) criar serviços alternativos de saúde para o idoso;

III - na área de educação:

a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;

b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;

c) incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;

d) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;

e) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;

f) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber;

IV - na área de trabalho e previdência social:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Orientador Social

a) garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado;

b) priorizar o atendimento do idoso nos benefícios previdenciários;

c) criar e estimular a manutenção de programas de preparação para aposentadoria nos setores público e privado com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento;

V - na área de habitação e urbanismo:

a) destinar, nos programas habitacionais, unidades em regime de comodato ao idoso, na modalidade de casas-lares;

b) incluir nos programas de assistência ao idoso formas de melhoria de condições de habitabilidade e adaptação de moradia, considerando seu estado físico e sua independência de locomoção;

c) elaborar critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular;

d) diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas;

VI - na área de justiça:

a) promover e defender os direitos da pessoa idosa;

b) zelar pela aplicação das normas sobre o idoso determinando ações para evitar abusos e lesões a seus direitos;

VII - na área de cultura, esporte e lazer:

a) garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;

b) propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos, em âmbito nacional;

c) incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais;

d) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural;

e) incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade.

§ 1º É assegurado ao idoso o direito de dispor de seus bens, proventos, pensões e benefícios, salvo nos casos de incapacidade judicialmente comprovada.

§ 2º Nos casos de comprovada incapacidade do idoso para gerir seus bens, ser-lhe-á nomeado Curador especial em juízo.

§ 3º Todo cidadão tem o dever de denunciar à autoridade competente qualquer forma de negligência ou desrespeito ao idoso.

CAPÍTULO V

Do Conselho Nacional

Art. 11. [\(Vetado.\)](#)

Art. 12. [\(Vetado.\)](#)

Art. 13. [\(Vetado.\)](#)

Art. 14. [\(Vetado.\)](#)

Art. 15. [\(Vetado.\)](#)

Art. 16. [\(Vetado.\)](#)

Art. 17. [\(Vetado.\)](#)

Art. 18. [\(Vetado.\)](#)

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art. 19. Os recursos financeiros necessários à implantação das ações afetas às áreas de competência dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais serão consignados em seus respectivos orçamentos.

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de janeiro de 1994, 173º da Independência e 106º da República.

ESTATUTO DO IDOSO.

O tratamento do idoso no campo dos direitos humanos

Os idosos costumam ser afastados do convívio social à medida em que adquirem mais dificuldades de saúde, naturais ao processo de envelhecimento. A lógica da “descartabilidade” do ser humano e da produtividade em massa que teima em persistir na sociedade leva à intensificação deste movimento de rejeição, cabendo ao Direito assumir uma postura de promoção da igualdade material dos idosos, por medidas judiciais, legislativas e executivas pertinentes.

No plano da proteção internacional dos direitos humanos deste grupo de pessoas, já ocorreu algum avanço, mas este é ainda distante se comparado ao sistema de proteção de outros grupos vulneráveis específicos, como mulheres e pessoas portadoras de deficiência.

Em relação à ONU, ainda não há Convenção específica de proteção, mas apenas normativas principiológicas não diretamente coativas, que podem ser combinadas com normas genéricas como as dos Pactos Internacionais de 1966. Neste sentido, de forma mais relevante, em 1991 sobrevieram os Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas; e em 2002, na II Conferência Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, surgiram a Declaração Política e o Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento (MIPAA), estes de ordem um pouco mais pragmática.

Em janeiro de 2010, o Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas publicou estudo apontando a necessidade de uma convenção internacional específica, o que indica que futuramente é possível que tal documento seja elaborado e ratificado pelos países-membros da ONU.

Vale colacionar alguns trechos dos Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas, de ordem mais genérica, identificando as pretendidas políticas da ONU em favor deste grupo vulnerável ao dividir em categorias as esferas de proteção específica a ser conferida:

a) Independência (princípios 1 a 6): acesso à alimentação, água, alojamento, vestuário e cuidados de saúde adequados, recebendo recursos para tanto (apoio do Estado, da comunidade e da família); direito ao trabalho

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Orientador Social

ou a outro rendimento; direito de decidir junto com a sociedade quando é o momento de deixar de ter uma vida ativa de participação social e política, dedicando-se ao repouso com dignidade; acesso a programas de educação e formação; convivência em ambientes seguros e adaptáveis às suas necessidades e preferências; residência em seu próprio domicílio tanto quanto possível;

b) Participação (princípios 7 a 9): permanência na integração em sociedade, participando na formulação e execução de políticas que o afetem diretamente, compartilhando suas experiências, conhecimentos e aptidões; possibilidade de prestar serviços à comunidade, inclusive voluntariamente, no que for de seu interesse e capacidade; construção de movimentos e associações de idosos;

c) Assistência (princípios 10 a 14): aproveitar os benefícios dos cuidados e da proteção da família e da comunidade, conforme os valores culturais de cada sociedade; acesso a cuidados de saúde que o garantam bem-estar físico, mental e emocional, inclusive preventivos; utilização de meios adequados de assistência em âmbito institucional em prol de proteção, reabilitação e estimulação social e mental num ambiente humano e seguro; acesso a serviços jurídicos; gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais onde quer que se encontrem (lar próprio ou instituições de assistência), com pleno respeito de sua dignidade e do seu direito de decidir seu próprio destino;

d) Realização pessoal (princípios 15 e 16): possibilidade de procurar oportunidades com vista ao pleno desenvolvimento do seu potencial; acesso aos recursos educativos, culturais, espirituais e recreativos da sociedade;

e) Dignidade (princípios 17 e 18): possibilidade de viver com dignidade e segurança, sem serem explorados ou maltratados física ou mentalmente; tratamento de forma justa, independentemente da sua idade, gênero, origem racial ou étnica, deficiência ou outra condição, e sendo devidamente valorizados.

Por sua vez, **no âmbito regional**, destaca-se a menção do Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos: "**Artigo 18 - Proteção de pessoas idosas, PCADH.** Toda pessoa tem direito à **proteção especial na velhice.** Nesse sentido, os Estados Partes comprometem-se a adotar de maneira **progressiva** as medidas necessárias a fim de pôr em prática este direito e, especialmente, a: a) Proporcionar **instalações adequadas**, bem como **alimentação e assistência médica especializada**, às pessoas de idade avançada que careçam delas e não estejam em condições de provê-las por seus próprios meios; b) Executar **programas trabalhistas específicos** destinados a dar a pessoas idosas a possibilidade de realizar atividade produtiva adequada às suas capacidades, respeitando sua vocação ou desejos; c) Promover a formação de **organizações sociais** destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas".

Ainda, a OEA aprovou em 15 de junho de 2015 a **Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas**, ainda não incorporada ao ordenamento interno brasileiro. Logo, a proteção específica destes direitos avançou substancialmente no ano de 2015 dentro do sistema interamericano, primeiro sistema a criar um tratado internacional específico para o resguardo

das pessoas idosas. Conforme o disposto no primeiro artigo do documento: "O objetivo da Convenção é promover, proteger e assegurar o reconhecimento e o pleno gozo e exercício, em condições de igualdade, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais do idoso, a fim de contribuir para sua plena inclusão, integração e participação na sociedade". Frisa-se, ademais, no mesmo dispositivo, que o disposto em tal Convenção Interamericana não deve ser interpretado como uma limitação a direitos ou benefícios mais amplos ou adicionais reconhecidos pelo direito internacional ou pelas legislações internas dos Estados-partes em favor dos idosos.

Também, no artigo 3º da Convenção são trazidos princípios gerais que lhe são inerentes, a saber, a promoção e defesa dos direitos humanos e liberdades fundamentais do idoso; a valorização do idoso, seu papel na sociedade e sua contribuição ao desenvolvimento; a dignidade, independência, protagonismo e autonomia do idoso; a igualdade e não discriminação; a participação, integração e inclusão plena e efetiva na sociedade; o bem-estar e cuidado; a segurança física, econômica e social; a autorrealização; a equidade e igualdade de gênero e enfoque do curso de vida; a solidariedade e o fortalecimento da proteção familiar e comunitária; o bom tratamento e a atuação preferencial; o enfoque diferencial para o gozo efetivo dos direitos do idoso; o respeito e a valorização da diversidade cultural; a proteção judicial efetiva; bem como a responsabilidade do Estado e a participação da família e da comunidade na integração ativa, plena e produtiva do idoso dentro da sociedade, bem como em seu cuidado e atenção, de acordo com a legislação interna.

Por fim, são elencados na Convenção alguns direitos protegidos: igualdade e não discriminação por razões de idade (artigo 5º); direito à vida e à dignidade na velhice (artigo 6º); direito à independência e à autonomia (artigo 7º); direito à participação e integração comunitária (artigo 8º); direito à segurança e a uma vida sem nenhum tipo de violência (artigo 9º); direito a não ser submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes (artigo 10); direito a manifestar consentimento livre e informado no âmbito da saúde (artigo 11); direitos do idoso que recebe serviços de cuidado de longo prazo (artigo 12); direito à liberdade pessoal (artigo 13); direito à liberdade de expressão e opinião e ao acesso à informação (artigo 14); direito à nacionalidade e à liberdade de circulação (artigo 15); direito à intimidade e à privacidade (art. 16); direito à seguridade social (art. 17); direito ao trabalho (artigo 18); direito à saúde (artigo 19); direito à educação (artigo 20); direito à cultura (artigo 21); direito à recreação, ao esporte e ao lazer (artigo 22); direito à propriedade (artigo 23); direito à moradia (artigo 24); direito a um meio ambiente saudável (artigo 25); direito à acessibilidade e à mobilidade pessoal (artigo 26); direitos políticos (artigo 27); direito de reunião e de associação (artigo 28); situações de risco e emergências humanitárias (artigo 29); igual reconhecimento como pessoa perante a lei (artigo 30); e acesso à justiça (artigo 31).

Não se pode deixar de reconhecer, veja-se, que os avanços das indústrias médica e farmacológica, a prática de bons hábitos alimentares e esportivos/recreativos, a gradativa melhoria das condições de saneamento básico